ESTRATÉGIA PRODUZIR, CONSERVAR E INCLUIR (PCI) EM MATO GROSSO

BASES PARA O MONITORAMENTO DAS METAS

PCI

Produzir
Conservar
Incluir

GOVERNO DE
MATO GROSSO

Julho2017

1. A Estratégia PCI - Produzir Conservar e Incluir

LANÇAMENTO E OBJETIVOS

Em dezembro de 2015, durante a Convenção do Clima em Paris (COP 21), o Governo de Mato Grosso lançou a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI). A PCI foi construída em parceria entre governo e instituições de diferentes setores da sociedade e traz uma visão de futuro para Mato Grosso, voltada ao desenvolvimento social e econômico por meio do uso sustentável da terra, no qual:

1 O crescimento da produção de commodities é acomodado dentro da área produtiva existente (através da intensificação);

2 As áreas florestais são restauradas de acordo com as exigências legais, o desmatamento ilegal é eliminado e as florestas remanescentes são protegidas;

3 A agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais participam do processo de desenvolvimento, melhorando seus padrões de vida.

A Estratégia, por meio de um conjunto de metas a serem alcançadas até 2030, demonstra o comprometimento do Estado para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e sua contribuição para a redução de emissões e sequestro de gás carbônico, estando alinhada aos compromissos nacionais estabelecidos na NDC. Para isso, busca promover parcerias público-privadas, fomentando financiamentos que estejam aliados à integração de políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão social, da economia de baixo carbono e da conservação ambiental.

Por ter em seu escopo metas distribuídas em diversas áreas, a Estratégia PCI possui um caráter transversal com potencial inovador de buscar a integração de diversas políticas e programas governamentais como o PPCDIF, o PMS, o Programa Ciclos, o PEAF, entre outros.

Reunião do CEEPCI.

2. Passos dados em 2016

OFICIALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Em 2016, muitos dos esforços empregados na PCI voltaram-se à sua estruturação institucional. Em março, o Decreto Estadual nº 468/2016, além de institucionalizar a estratégia no âmbito do Governo do Estado, também criou o escopo principal de seu sistema de governança.

CRIAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL DA ESTRATÉGIA PCI

Também foi criado o Comitê Estadual da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (CEEPCI), colegiado formado por entidades públicas, do setor privado, entidades representantes e organizações socioambientais.

Atualmente, o CEEPCI conta com 43 entidades, organizadas nesses quatro blocos. Seu objetivo é ser uma plataforma de integração de atores e agendas com ações que convergem para as metas.

As decisões no âmbito do comitê são tomadas preferencialmente por consenso e, quando de sua impossibilidade, é realizada votação por meio dos blocos, o que permite a inclusão de novos membros que possam contribuir, sem promover o desequilíbrio entre o número de instituições.

As competências do CEEPCI estão relacionadas à aprovação do planejamento das ações para os três eixos da PCI (Produzir, Conservar e Incluir); ao acompanhamento da implementação e cumprimento das metas da PCI, e à definição da estrutura de governança e mecanismos de captação de recursos.

Governador Pedro Taques e parceiros reunidos para o lançamento da Estratégia PCI na COP 21.

12/2015	03/2016	05/05/2016	22 /05/2016	05/07/2016	22/08/2016	03/11/2016	25/01/2017
Lançamento da Estratégia PCI	Decreto nº 468, institucionaliza a PCI no âmbito do governo	1ª Reunião Ordinária do CEEPCI Criação do GT	Criação do GT Integração	2ª Reunião Ordinária do CEEPCI	1ª Reunião Extraordinária do CEEPCI e eleição do Secretário Executivo	3ª Reunião Ordinária do CEEPCI	4ª Reunião Ordinária do CEEPCI

Desde sua criação até maio de 2017, o CEEPCI se reuniu em cinco Reuniões Ordinárias e uma Extraordinária, e seus membros realizaram diversos eventos para discussão de diagnósticos e ações para atingimento das metas nos eixos.

Discussões durante Workshop da PCI.

O Gabinete de Assuntos Estratégicos (GAE) do Estado foi definido como o responsável pela coordenação geral da PCI, enquanto que os três eixos - produzir, conservar e incluir - são coordenados pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), de Meio Ambiente (SEMA) e de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF), respectivamente.

Além disso, foi criado o Grupo de Trabalho de Integração, responsável pelo regimento interno da CEEPCI, pelo termo de referência para o planejamento estratégico, dentre outras ações.

ELEIÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA

Em agosto de 2016, o CEEPCI elegeu o secretário executivo da PCI que estabeleceu um plano de ação para a estruturação da PCI. O Secretário Executivo tem por função operacionalizar as decisões do Comitê, apoiar o seu funcionamento, viabilizar a captação de recursos financeiros e estabelecer parcerias visando à implementação da estratégia.

Para apoiar a Secretaria Executiva foi criado o G7, grupo formado pelo GAE, pelas 3 Secretarias de Estado que coordenam os eixos da PCI e por um representante de cada bloco de instituições que compõem o CEEPCI[1].

EVENTOS DA ESTRATÉGIA PCI

19 e 20/04/2016	07/06/2016	09/06/2016	23 /08/2016	24/01/2017	23 e 24/05/2017
Workshop sobre Restauração Florestal em Mato Grosso	Reunião do Eixo Produzir	Workshop sobre Inclusão Sócio Produtiva da agricultura familiar e populações tradicionais	Workshop para a Construção do Plano de Ação do Eixo Conservar	Reunião com Doadores	Oficina de construção do planejamento estratégico da PCI

ESFORÇOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Um dos principais motivadores da construção da Estratégia PCI foi a necessidade de captação de recursos para financiar ações que enfrentassem os desafios e custos para colocar em prática a visão de futuro ilustrada nas metas da PCI. Nesse sentido, diversos esforços foram realizados em 2016, podendo ser destacado, entre eles, a formação do Grupo de Coordenação de Doadores e Investidores, com o objetivo de compartilhar informações e lições sobre abordagens e mecanismos de financiamento eficientes, otimizar o uso de recursos e identificar oportunidades para uma maior cooperação em Mato Grosso. A estruturação da PCI, com um sistema de governança, capacidade de execução e de comunicação assim com um sistema de monitoramento eficiente, é necessária, entre outros motivos, para:

- Ajudar a garantir um ambiente de baixo risco para os setores privados tanto de fornecimento como de investimento, contribuindo para os compromissos socioambientais existentes e para a alavancagem de investimentos na jurisdição;
- Testar a campo soluções inovadoras baseadas em iniciativas de produção, conservação e inclusão social;
- Ser um motor de implementação e monitoramento de políticas públicas;
- Coordenar e conectar iniciativas públicas e privadas que tenham impacto nas metas da PCI;
- Coordenar investimentos na jurisdição identificando áreas prioritárias para ação em acordo com as metas;
- Comunicar os avanços da jurisdição no mercado internacional;

Governador de Mato Grosso apresenta estratégia PCI na COP 21.

- Fomentar incentivos econômicos e mecanismos financeiros inovadores;
- Ser um motor de implementação e monitoramento de políticas públicas.

DIVULGAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

O primeiro ano da PCI também foi marcado pela participação da Secretaria Executiva em mais de 10 eventos de discussão e divulgação que deram projeção nacional e internacional para Estratégia e atraíram novos parceiros e membros com objetivos alinhados e dispostos a contribuírem com as metas da PCI.

1 - Os representantes atuais são: IPAM, pelo bloco das organizações socioambientais, Grupo Amaggi pelo bloco do setor privado e FAMATO pelo bloco das entidades representantes.

3. Próximos passos

Comitê Estadual da Estratégia PCI em reunião Extraordinária para apresentação do Diretor Executivo, 5 de outubro de 2016.

CONCLUSÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico da PCI está em andamento e previsto para ser finalizado em junho de 2017. O planejamento incluiu uma fase inicial de mapeamento e uma final de estruturação com a participação dos membros do CEEPCI em oficinas temáticas. O objetivo é construir alternativas para superação dos gargalos, promover o fortalecimento de ações conjuntas e alinhamento com os planos e programas estaduais com objetivos relacionados: PPCDIF, PMS, PEAF, entre outros.

CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO

Um dos componentes do monitoramento mais amplo da PCI é o acompanhamento das iniciativas e projetos em desenvolvimento que contribuem para as suas metas. Essas iniciativas estão sendo mapeadas para permitir tanto mensurar sua contribuição no avanço das metas quanto para constituir um portfólio disponível para captação de novos investimentos.

CRIAÇÃO DE UM MECANISMO FINANCEIRO

Parte importante da consolidação institucional da PCI está em desenvolvimento e envolverá um mecanismo gerencial-financeiro a ser integrado na estrutura de governança existente e possibilitará gerenciar a captação, articulação e gestão dos recursos.

Oficina de construção do planejamento estratégico da PCI.

4. Bases para o monitoramento das metas da PCI

O monitoramento é um instrumento fundamental para garantir a avaliação da efetividade de ações e servir de instrumento para subsidiar o aperfeiçoamento ou redirecionamento de ações. Na PCI, o monitoramento possui um papel de destaque, sendo fundamental não só para identificar os avanços em direção à visão estabelecida para Mato Grosso em 2030, como também para garantir a credibilidade e transparência da estratégia para parceiros, investidores e sociedade em geral.

Uma estratégia complexa que prevê um grande conjunto de ações, participação multisetorial e diversos instrumentos de implementação e financiamento, como a PCI, pode ter complexos sistemas de monitoramento que envolvem o acompanhamento dos projetos, das ações, dos recursos e outras ações-meio. Porém, o primeiro passo para o monitoramento da PCI é partir de sua pedra fundamental, que são as metas, que refletem o resultado final esperado pela estratégia. Assim, o objetivo desse documento é servir de base para o monitoramento da PCI com foco em suas metas divididas nos três eixos: Produzir, Conservar e Incluir.

METODOLOGIA

Como forma de monitorar as 21 metas foram selecionados indicadores que mostrem a evolução no sentido do seu cumprimento. A mensuração periódica dos indicadores permitirá identificar os avanços em cada uma das metas estabelecidas e ponderar o direcionamento de esforços do governo, setor privado e sociedade civil.

A escolha dos indicadores foi realizada considerando a disponibilidade, a periodicidade de atualização da informação, a escala e o formato dos dados. Dessa forma, foram selecionadas informações produzidas por fontes consideradas confiáveis e de fácil acesso, com atualizações anuais ou bianuais, dando preferência àquelas com escala municipal e que seja possível serem localizadas espacialmente no território.

Para algumas metas não há ainda informação disponível que cumpra esses critérios, limitando a definição de um indicador robusto. Em algumas foi necessária a combinação de mais de um indicador, em outras, foi utilizado um indicador composto por duas informações e, em outras, foi somente possível identificar indicadores que refletissem parte da meta. Uma descrição completa das escolhas metodológicas, assim como da memória de cálculo definida para cada indicador, está resumida em "Nota Técnica" disponível no site da PCI.

LINHA DE BASE

Novas fontes de dados serão continuamente identificadas visando melhorar a qualidade da exatidão do monitoramento, com o requisito que haja disponibilidade de dados desde o ponto de partida da PCI em 2015. A referência para o monitoramento, ou linha de base é uma informação chave que possibilitará mostrar a situação que o Estado estava em 2015 quando a PCI foi lançada e mensurar seus avanços desde então. Em algumas metas a linha de base definida na época do lançamento da PCI se baseou em informações disponíveis à época, portanto foram atualizadas de acordo com a fonte de dados mais precisa atualmente.

TABELA 1. METAS, INDICADORES, FONTES DE DADOS E LINHA DE BASE DA ESTRATÉGIA PCI*

EIXO	META	INDICADOR	FONTE	LINHA DE BASE	DATA
PRODUZIR	Recuperar 2,5 milhões ha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	-	-	-	-
	Aumentar a produtividade da pecuária para 95 kg/ha/ano até 2030	kg/ha/ano	IMEA	49,2 Kg/ha	2015
	Ampliar a área de grãos em áreas de pastagem degradada para 12,5 milhões de hectares até 2030	Área total de grãos (algodão e soja)	IMEA	9,6 milhões de ha	2015
		Área de grãos (algodão e soja) do ano de análise que sobrepõe à área de pastagem do ano anterior	-	-	-
	Aumentar a produção de grãos para 92 milhões ton até 2030	kg/ano	IMEA	54,2 milhões ton	2015
	Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6 milhões ha até 2030	Área sob regime de Manejo Florestal autorizado	SEMA	2,8 milhões ha	2015
	Aumentar a produção de grãos para 92 milhões ton até 2030	kg/ano	IMEA	54,2 milhões ton	2015
	Ampliar a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800 mil ha até 2030	Área plantada de eucalipto e teca	IMEA	276,9 mil ha	2016
		Área plantada de eucalipto e teca em áreas já abertas	-	-	-
	Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 milhões de m³ até 2030	Volume da produção de teca e eucalipto plantado	IMEA	7,3 milhões m³	2016
CONSERVAR	Manter 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado de Mato Grosso	Proporção de área de MT com vegetação nativa	PRODES /INPE, SEMA	60,3%	2015
		Área com vegetação secundária	TerraClass/INPE	3,5%	2014
	Reduzir em 90% o desmatamento na floresta tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km², alcançando 571km²/ano até 2030	Área de vegetação desmatada mapeada pelo PRODES	PRODES/ INPE	1,6 mil km²	2015
		Percentual de redução em relação à linha de base	PRODES/ INPE	72%	2015
	Reduzir em 95% o desmatamento no cerrado tendo como referência a linha de base de 3.016 km² (SEMA), alcançando 150 km²/ano até 2030	Área de vegetação desmatada mapeada pelo PRODES	SEMA	715 km²	2015
		Percentual de redução em relação à linha de base	SEMA	76,3%	2015
	Eliminar o desmatamento ilegal até 2020	Área desmatada sem autorização no Estado	PRODES/ INPE, SEMA	2,2 mil km²	2015
		% de desmatamento não autorizado sobre o total	PRODES/ INPE, SEMA	94,3%	2015
	Conservar 1 milhão ha de área passível de desmatamento legal	Área passível de desmatamento legal preservada	IPAM	7,97 milhões ha	2015
		Área passível de desmatamento legal recebendo algum incentivo econômico	SEMA	0	2015
	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2016	Área cadastrada no Estado em relação à área cadastrável	SEMA	80,6%	12/2015
	Validar 100% dos CAR até 2018	Cadastros validados no Estado em relação aos inscritos	SEMA, sistema em implantação	-	-
	Recompor 1 milhão ha (1005) de APP degradada até 2030	Área de APP em regeneração	SEMA, sistema em implantação	-	-
	Regularizar 5,8 milhões ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030	Área de RL em regularização por compensação e por recomposição	SEMA, sistema em implantação	-	-
INCLUIR	Ampliar o atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da agricultura familiar para 100% das famílias até 2030	Proporção de famílias atendidas por ATER	EMPAER/ SEAF	28,4%	2015
	Aumentar participação da agricultura familiar no mercado interno para 70% até 2030	-	-	-	-
	Ampliar participação dos produtos de agricultura familiar nos mercados institucionais para 30% até 2030	Participação (%) de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE / total	PNAE/FNDE	13,4%	2015
		Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PNAE (R$)	PNAE/FNDE	R$ 4,6 milhões	2015
		Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PAA (R$)	PNAE/CONAB	R$ 9 milhões	2015
		Proporção da comercialização no PAA de Mato Grosso em relação ao Brasil	PNAE/CONAB	3,1%	2015
	Aumentar o acesso a crédito de R$411 milhões para R$1,3 bilhões/ano até 2030	Valor de financiamento acessado pela agricultura familiar no Estado	Pronaf Agrícola	R$ 67,7 milhões	2015
			Pronaf Pecuária	R$ 814,2 milhões	2015
	Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes de agricultura familiar até 2030	Proporção de lotes titulados em assentamentos federais	INCRA	5%	2015
		Proporção de lotes titulados em assentamentos estaduais	INTERMAT	13,8%	2015

CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS INDICADORES

DISPONIBILIDADE	ATUALIZAÇÃO	ESCALA	FORMATO	CREDIBILIDADE
Acessível publicamente	Anual	Nível municipal	Georeferenciada (shape)	Fontes oficiais ou reconhecidas

LISTA DE SIGLAS

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
APP - Área de Preservação Permanente
RL - Reserva Legal
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária
FNDE - Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso
PPCDQ - Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas
PMS - Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis
PEAF - Plano Estadual de Agricultura Familiar
FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
NDC - Contribuição Nacionalmente Determinada

* As escolhas metodológiccas e a memória de cálculo definida para cada indicador está resumida em "Nota Técnica" disponível no site da PCI (www.pci.mt.gov.br).

Participação da PCI no Global Landscape Forum.

GOVERNANÇA E CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

Essas definições de base foram construídas pelo Grupo de Trabalho de Monitoramento instituído entre os membros do Comitê da PCI[2] e validadas pelo G7. Anualmente a PCI realizará a avaliação da evolução de suas metas e os resultados serão publicados e disponibilizados por meio de um relatório, sendo que o relatório referente ao primeiro ano 2015-2016 está previsto para ser publicado em novembro de 2017. Para os próximos anos será desenvolvido um sistema de monitoramento que permitirá o acompanhamento das metas e indicadores e sua distribuição espacial, ou no nível municipal. Esse sistema também possibilitará que o monitoramento da PCI seja realizado de forma mais ampla e, além dos resultados refletidos nas metas, também contemple o monitoramento da execução de recursos, projetos, entre outros.

A partir de 2018, o monitoramento das metas estará sob responsabilidade da Secretaria Executiva da PCI e do GAE e seguirá as bases definidas nesse documento, podendo contar com a contribuição de outros membros da PCI ou de nova formação do Grupo de Trabalho de Monitoramento, caso seja necessário.

2 Participaram dessa construção no Grupo de Trabalho de Monitoramento representantes das seguintes instituições membros da PCI: GAE, Secretaria Executiva da PCI, ICV, IPAM, EII, Aliança da Terra, Ação Verde, FAMATO/IMEA, CEASA.

Membros do Comitê Estadual da PCI

ONGS

EDF Environmental Defense Fund – Finding the ways that work
Earth Innovation Institute
Instituto Centro de Vida
IPAM Amazônia
The Nature Conservancy – Proteger a natureza é preservar a vida.
ECOARTS.ORG.BR
WRI BRASIL
Amigos da Terra Amazônia Brasileira
Aliança da Terra – Produzindo Certo
Instituto Socioambiental
Instituto Ação Verde

ENTIDADES REPRESENTATIVAS

CIPEM
Sistema FAMATO
FETAGRI-MT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
ACRIMAT – Associação dos Criadores de Mato Grosso
ACRISMAT – Associação dos Criadores de Sucuri de Mato Grosso
aquamat
AREFLORESTA
Aprosoja Mato Grosso
AMPA
GTPS – Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável
APROFIR
anoregmt
CEASA/MT

MINISTÉRIO PÚBLICO

MPF – Ministério Público Federal
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

GOVERNO

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Governo de Mato Grosso
SEDEC – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Governo de Mato Grosso
GAE – Gabinete de Assuntos Estratégicos – Governo de Mato Grosso
GDR – Gabinete de Desenvolvimento Regional – Governo de Mato Grosso
SEAF – Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Assuntos Fundiários – Governo de Mato Grosso
SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – Governo de Mato Grosso
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento – Governo de Mato Grosso
Embrapa
DESENVOLVEMT

PRIVADO

Carbon Trust
althelia ecosphere
AMAGGI
AGROICONE
idh the sustainable trade initiative
pecsa – Pecuária Sustentável da Amazônia
Grupo Roncador
imac
Carrefour
MARFRIG
ONF Brasil
Fazendas São Marcelo

PRODUCE, CONSERVE AND INCLUDE (PCI) STRATEGY IN MATO GROSSO

BASES FOR MONITORING THE PCI GOALS

PCI Produce Conserve Include

GOVERNOR OF MATO GROSSO

July 2017

1. PCI Strategy – Produce, Conserve and Include

THE STRATEGY AND ITS GOALS

In December 2015, during the Climate Convention in Paris (COP 21), the State of Mato Grosso launched the Produce, Conserve and Include Strategy (PCI). PCI was developed through a partnership among state government and institutions from different sectors of society. The PCI Strategy brings a future vision for Mato Grosso, focused on social and economic development through the sustainable use of land, where:

1. The increase of commodity production is accommodated within the existing productive area (intensification and increased productivity);
2. Forest areas are restored according to legal requirements, illegal deforestation is eliminated and remaining forests are protected;
3. Family farming, indigenous peoples and traditional communities participate in the development process, improving their living standards.

The Strategy, which is aligned with the Brazilian NDC, have a set of goals to be achieved by 2030, to demonstrate the state's commitment to mitigating the effects of climate change and its contribution to carbon emission reduction and sequestration. It seeks to promote publicprivate partnerships to foster funding associated with the integration of public policies, promoting social inclusion, low carbon economy and environmental conservation.

Since its scope includes goals related to several areas the strategy presents a novel cross cutting character with potential to promote integration among various public policies and programs, such as PPCDQ, PMS, the Ciclos Program and, PEAF.

Meeting of CEEPCI.

2. Progress in 2016

MAKING THE STRATEGY OFFICIAL

In 2016, most of the efforts employed in PCI were focused on its institutional structuring. State Decree No. 468/2016, released in March 2016, was the instrument that institutionalized the Strategy and determined the main scope of its governance system.

ESTABLISHING THE COMMITTEE

The Decree 468/2016 lso established the Produce, Conserve and Include Strategy's State Committee (CEEPCI, acronym in Portuguese), a collegiate body composed of public entities, and representatives from the private sector, civil society organizations professional groups. Currently, CEEPCI is composed of 43 entities, organized in these four blocks.

Its purpose is to be an integration platform for players and agendas that together, develop actions that converge towards the goals.

Decisions within the committee are preferably made by consensus. If consensus is not reached, a voting process is carried out among the four blocks, where each block is entitled to one vote. The government block, however, is entitled to three votes, one for each State Agency related to the PCI (Economic Development, Environment and Family Farming Agencies). Voting by blocks instead of individual institutions, allows the inclusion of new coming CEEPCI members in the decision process, without causing imbalance in terms of representativeness.

CEEPCI's competencies include the approval of an action plan for the three PCI fields of action (Produce, Conserve and Include); the monitoring of goals and of the action plan; and to the implementation and fulfillment of the PCI goals, and the definition of the governance structure and mechanisms for raising funds.

Partners together for the launch of PCI Strategy at COP 21

DECEMBER 2015	MARCH 2016	5 MAY 2016	22 MAY 2016	22 JULY 2016	22 AUGUST 2016	3 SEPTEMBER 2016	25 JANUARY 2017
Launching of PCI Strategy	State Decree Nº 468, institutionalizes PCI	1st CEEPCI Ordinary Meeting Creation of G7	Creation of Integration Working Group (WG)	2nd CEEPCI Ordinary Meeting	1st Extraordinary CEEPCI Meeting and election of the Executive Director	3rd CEEPCI Ordinary Meeting	4th CEEPCI Ordinary Meeting

PCI STRATEGY EVENTS

Definition of the governance structure and mechanisms for raising funds. Since its inception until May 2017 the CEEPCI held 5 Ordinary Meetings and 1 Extradordinary Meeting. Its members also held several events to discuss analyses and actions to achieve the goals in the three fields of action.

Discussions during PCI Workshop.

The state's Strategic Affairs Office (GAE, acronym in Portuguese) has been defined as responsible for the PCI overall coordination, while the three fields of action - produce, conserve and include - are coordinated by the State Agencies for Economic Development (SEDEC), Environment (SEMA), and Family Agriculture and Land Affairs (SEAF), respectively.

ELECTING THE EXECUTIVE DIRECTOR

In August 2016, CEEPCI elected the PCI Executive Director, whose duties are to establish an action plan to structure the Strategy, to operationalize the decisions of the Committee as well as support the operations of CEEPCI itself, to make fund raising feasible, and to establish partnerships for the strategy implementation.

In order to support the work of the Executive Director, a group (named G7) formed by GAE, the 3 State Agencies of Government that coordinate the PCI fields of action and 1 representative from each block of institutions that compose CEEPCI.

19/20 APRIL 2016	7 JULY 2016	9 JULY 2016	23 AUGUST 2016	24 JANUARY 2017
Workshop on Forest Restoration in Mato Grosso	Produce Axis Meeting	Workshop on Social and Productive inclusion of family farmersing and traditional populations	Workshop to build the Conserve Axis Action Plan	1st Donor's Table meeting

FUNDRAISING EFFORTS

Fundraising is one of the main components of the PCI Strategy, since great investments will need to be made to address the challenges and costs of achievinge the future vision of the PCI goals. To that end, in 2016 an Investors and Donors Coordination Group was created, with the purpose of sharing information and lessons on efficient financing approaches and mechanisms, looking to, optimize the use of resources and identify opportunities for greater cooperation in Mato Grosso.

Having a good communication strategy and a strong governance system capable of implementing actions and monitoring results, will allow the PCI to:

- Help ensure a low-risk environment for the private sector, both as suppler and investor, which will contribute to social and environmental commitments, and to leverage investment in the jurisdiction;
- Field test innovative solutions based on production, conservation and social inclusion initiatives;
- Become a driver of public policies implementation and monitoring actions;
- Coordinate and connect public and private initiatives that have an impact on the PCI goals;
- Coordinate investments in the jurisdiction, identifying priority areas for action iaccording to the PCI goals;
- Communicate achievements to the international market;
- Foster economic incentives and novel financial mechanisms;

Governor of Mato Grosso presents a PCI Strategy at COP 21

NATIONAL AND INTERNATIONAL DISSEMINATION

The first year of PCI was also marked by the participation of the Executive Director in more than 10 discussion and dissemination events that brought national and international projection to the Strategy, and attracted new partners and members willing to contribute to the PCI goals.

1 - The current representatives are: IPAM, for the block of social and environmental organizations, AMAGGI Group for the private sector block and FAMATO for the block of professional groups representatives.

3. Next steps

State PCI Strategy Commitee at an Extraordinary meeting for the presentation of the Executiv Director - October 5,2016

FINALIZING THE STRATEGIC PLANNING

PCI's strategic planning was concluded in August 2017. and included an initial mapping phase, and a final structuring phase with the participation of CEEPCI members in thematic workshops. The purpose of this planning was to build alternatives to overcome bottlenecks, and promote the strengthening of joint actions as well as their alignment with state plans and programs with related goals, such as: PPCDIF, PMS, and PEAF.

CREATION OF A FINANCIAL MECHANISM

A key component of the PCI's institutional consolidation is the implementation of its financial mechanism. Therefore, a financialmanagement mechanism is currently being developed and is planned to be integrated in the PCI's existing governance structure, which will allow the strategy to raise funds, as well as manage and integrate its resources.

Workshop for the construction of PCI Strategic Planning.

4. BASES FOR MONITORING THE PCI GOALS

Monitoring is a key instrument to ensure evaluation of the effectiveness of actions and to subsidize the improvement or redirection of actions. In the PCI strategy, monitoring plays a prominent role, and is fundamental not only to identify the progress towards the vision established for Mato Grosso in 2030, but also to guarantee the credibility and transparency of the strategy for partners, investors and the society in general.

A complex strategy like PCI, comprises a large set of actions, multi-sectoral participation, and various implementation and funding instruments, may have complex monitoring systems that involve the follow-up of projects, actions, and resources. Projects under development that contribute to the PCI goals, for example, are already being mapped both to measure their contribution to the progress of goals, and to establish a portfolio to attract new investments.

It is crucial, however, that monitoring in the PCI be based on its cornerstones, which are, the goals that reflect the final result expected by the strategy. Thus, the purpose of this document is to serve as a base for the PCI monitoring with focus on its Produce, Conserve and Include goals.

METHODOLOGY

In order to monitor the 21 goals, a set of indicators were selected to show the evolution towards their achievement. The periodic assessment of these indicators will demonstrate advances towards goals' achievement and allow a periodic reevaluation of the State government, private sector and civil society efforts. The indicators were chosen considering their availability, and scale, the interval of data updating, and data format.

Thus, data selected was that produced by sources considered reliable and easy to access, with annual or biannual updates, preferably those on a municipal scale, and which can be spatially located in the territory.

Some goals still lack data available that meets these criteria, which prevents the definition of a robust indicator. For some, more than one indicator had to be combined, while for others, indicators were composed of two pieces of information. There were also cases where only indicators that reflected part of the goal could be identified. A full description of the monitoring method as well as the calculation memory used for each indicator is summarized under the [Technical Note] available on the PCI website (in Portuguese only).

BASELINE

New data sources will be continuously identified to improve monitoring accuracy, as long as their data is available from the PCI starting point, in 2015.

The monitoring benchmark, or baseline, is key information that will show the State situation in 2015, when PCI was launched, and allow to measure its progress towards achieving the goals since then. For some goals the baseline defined at the time of launch of the PCI was based on available data, so they were updated according to the most accurate data source at the moment.

INDICATORS CHOICE CRITERIA

AVAILABILITY	UPDATING	SCALE	FORMAT	RELIABILITY
Publicly accessible	Annual	Municipal Level	Georeferenced (shape)	Official or acknowledged sources

TABLE 1. PCI STRATEGY GOALS, INDICATORS, DATA SOURCES AND BASE LINE

AXES	GOAL	INDICATOR	SOURCE	BASELINE	DATE
PRODUCE	Recovering 2.5 million hectares of low productivity pasture areas by 2030	-	-	-	-
	Increasing livestock productivity to 95 kg/ha/year by 2030	kg/ha/year	IMEA	49.23 Kg/ha	2015
	Convert at least 12.5 million hectares of degraded pasture to grain crops by 2030	Grain area (cotton and soybean) in the year of analysis that overlaps an area covered by pasture in the previous year	IMEA	9.58 million ha	2015
	Increase grain yield to 92 million tons by 2030	kg/year	IMEA	54.2 Mton	2015
	Expand the area under sustainable forest management to 6 million hectares by 2030	Area under Authorized Forest Management regime	SEMA	2.8 Mha	2015
	Increasing grain yield to 92 Mton by 2030	kg/year	IMEA	54.2 Mton	2015
	Expanding the area of planted forests over in areas already open to 800 thousand ha by 2030	Area planted with eucalyptus and teak	IMEA	276.9 mil ha	2016
	Increase planted wood production to 11.75 Mm^3 by 2030	Production volume of planted teak and eucalyptus	IMEA	7.3 m^3	2016
CONSERVE	Maintain 60% of Mato Grosso's native vegetation	Proportion of MT area with native vegetation	PRODES /INPE, SEMA	60.3%	2015
		Area with secondary vegetation	TerraClass/INPE	3.5%	2014
	Reduce deforestation in the forest by 90% against the 2001-2010 baseline of 5.714 km^2: (PRODES), reaching 571km^2/year by 2030	Deforested vegetation area mapped by PRODES	PRODES/ INPE	1,601 km^2	2015
		Percentage reduced from baseline	PRODES/ INPE	72%	2015
	Reduce deforestation in the cerrado by 95% against the 2001-2010 baseline of 3.016 km^2 (SEMA), reaching 150 km^2/year by 203	Deforested vegetation area in an area not mapped by PRODES	SEMA	715 km^2	2015
		Percentage reduced from baseline	SEMA	76.3%	2015
	Eliminate illegal deforestation by 2020	Area deforested without authorization in the state	PRODES/ INPE, SEMA	2,184 km^2	2015
		% of unauthorized deforestation over total	PRODES/ INPE, SEMA	94.3%	2015
	Conserve 1 million hectares of area subject to legal deforestation	Area deforested without authorization in the state	IPAM	7.97 millions ha	2015
		% of unauthorized deforestation over total	SEMA	0	2015
	Registering 90% of rural properties (CAR) by 2016	Área cadastrada no estado em relação a área cadastrável	SEMA	80.6%	12/2015
	Validate 100% of the CAR by 2018	Registrations validated in the state in relation to applicants	SEMA, system under implementation	-	-
	Recompose 1 million hectares (100%) of degraded APP by 2030	APP area under restoration	SEMA, system under implementation	-	-
	Regularize 5,8 million hectares (100%) of Legal Reserve, 1.9 M ha of which through restoration, by 2030	LR area under regularization for compensation and restoration	SEMA, system under implementation	-	-
INCLUDE	Expand Technical Assistance and Rural Extension Service	Proportion of families serviced by ATER	EMPAER/ SEAF	28.4%	2015
	(ATER) to 100% of family farmersies by 2030	-	-	-	-
	Increase share of family farming products in institutional markets to 30% by 2030	Share (%) of Family Farming products sold in PNAE/total	PNAE/FNDE	13.4%	2015
		Total value of family farming products sold in PNAE (R$)	PNAE/FNDE	R$ 4.6 millions	2015
		Total value of family farming products sold in PAA (R$)	PNAE/CONAB	R$ 9 millions	2015
		Share of family farming products sold in Mato Grosso's PAA in relation to Brazil	PNAE/CONAB	3.1%	2015
	Increase credit access to R$ 1.3 billion/year by 2030	Amount of credit accessed by family farming in the state	Pronaf Agriculture	R$ 67,665,034.00	2015
			Pronaf Livestock	R$ 814,229,458.00	2015
	Consolidate land regularization of 70% of family farming lots by 2030	Proportion of titled area in federal settlements	INCRA	5%	2015
		Proportion of titled area in state settlements	INTERMAT	13.8	2015

LIST OF ACRONYMS

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar [National School Feeding Program]
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento [National Supply Company]
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos [Food Acquisition Program]
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural [State Secretariat of Environment - The Amazon Environmental Research Institute - Mato Grosso Company for Research, Assistance and Rural Extension]
IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária [Mato Grosso Institute of Agricultural Economics].
PPA - Permanent Preservation Areas.
LR – Legal Reserve
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária [State Secretariat of for Family Agriculture and Land Regularization]
FNDE - Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação [National Foundation for Education Development]
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Family Farming Strengthening Program]
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [National Institute of Colonization and Agrarian Reform]
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso [Mato Grosso Lands Institute]
PPCDQ - Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas [Plan for Deforestation Prevention and Control of Deforestation and Burning]
PMS - Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis [Mato Grosso Sustainable Municipalities Program]
PEAF - Plano Estadual de Agricultura Familiar [State Family Farming Plan]
FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso [Federation of Agriculture and Livestock of the State of Mato Grosso]
NDC - Contribuição Nacionalmente Determinada [Nationally Determined Contribution]

2 - Representatives of the following PCI member institutions participated in this construction as part of the Monitoring Working Group: GAE, PCI Executive Secretariat, ICV, IPAM, EII, Aliança da Terra, Ação Verde, FAMATO/IMEA, CEASA

PCI participation in the Global Landscape Forum.

MONITORING GOVERNANCE AND IMPLEMENTATION SCHEDULE

These baseline definitions were built by the Monitoring Working Group, established among members of the PCI2 Committee and validated by the G7. PCI will annually assess the progress of its goals and the results will be published and made available through a report. The report for the first year (2015-2016) is expected to be published in November 2017.

In the coming years, a monitoring system will be developed to display the spatialization of indicators up to the municipal level. This system will also allow a broader PCI monitoring, which include the use of resources and, accomplishment of projects, among others.

As of 2018, the monitoring of goals will be under the responsibility of the PCI Executive Director and GAE, but will continue to follow the bases set in this document. Other PCI members will continue to be able to contribute and, if needed, a new Monitoring Working Group, can be established.

2. Representatives of the following PCI member institutions participated in this construction as part of the Monitoring Working Group: GAE, PCI Executive Secretariat, ICV, IPAM, EII, Aliança da Terra, Ação Verde, FAMATO/IMEA, CEASA

Members of the PCI State Committee

NGOs

EDF Environmental Defense Fund – Finding the ways that work
Earth Innovation Institute
Instituto Centro de Vida
IPAM Amazônia
The Nature Conservancy – Proteger a natureza é preservar a vida.
ECOARTS.ORG.BR
WRI BRASIL
Amigos da Terra Amazônia Brasileira
Aliança da Terra – Produzindo Certo
Instituto Socioambiental
Instituto Ação Verde

REPRESENTATIVE ENTITIES

CIPEM
Sistema FAMATO
FETAGRI-MT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
ACRIMAT – Associação dos Criadores de Mato Grosso
ACRISMAT – Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso
aquamat
AREFLORESTA
Aprosoja Mato Grosso
AMPA
GTPS – Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável
APROFIR
anoregmt
CEASA/MT

PUBLIC MINISTRY

MPF – Ministério Público Federal
Ministério Público – Mato Grosso

GOVERNMENT

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Governo de Mato Grosso
SEDEC – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Governo de Mato Grosso
GAE – Gabinete de Assuntos Estratégicos – Governo de Mato Grosso
GDR – Gabinete de Desenvolvimento Regional – Governo de Mato Grosso
SEAF – Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e de Assuntos Fundiários – Governo de Mato Grosso
SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – Governo de Mato Grosso
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento – Governo de Mato Grosso
Embrapa
DESENVOLVEMT

PRIVATE

Carbon Trust
althelia ecosphere
AMAGGI
AGROICONE
idh the sustainable trade initiative
pecsa – Pecuária Sustentável da Amazônia
Grupo Roncador
imac
Carrefour
MARFRIG
ONF Brasil
Fazendas São Marcelo

PCI Produzir Conservar Incluir

WWW.PCI.MT.GOV.BR

GOVERNO DE MATO GROSSO

APOIO

ICV Instituto Centro de Vida